

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
Produção Didático-Pedagógica

2010

VOLUME I

Ficha catalográfica Produção Didático-Pedagógica

Professor PDE/2010

Título	CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AGRICULTURA FAMILIAR
Autor	Evaldo Bonin
Escola de Atuação	E. E. CRISTO REDENTOR
Município da escola	Nova Prata do Iguaçu
Núcleo Regional de Educação	Dois Vizinhos
Orientador	Dr ^a . Roseli Alves dos Santos
Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Área do Conhecimento	Geografia
Produção Didático-Pedagógica	Unidade didática
Relação Interdisciplinar	-
Público Alvo	Alunos 8 ^a série
Localização	Rua Otacílio Rodrigues s/n centro
Apresentação:	Com a modernização da agricultura muitas mudanças na forma de produzir, nos objetivos da produção e nos planos de governo para a agricultura passaram a ser destinados a atender os grandes proprietários que produziam para a exportação de forma a atender os interesses da indústria, induzindo os agricultores familiares a abandonarem a diversificação da produção que servia de base alimentar e dirigir o excedente para o comércio, promovendo o êxodo rural. Para ajudar a amenizar esse problema, os jovens precisam

	<p>conhecer os efeitos da modernização agrícola sobre a agricultura familiar, contribuindo assim para a permanência do jovem no campo. Esta unidade didática oferece algumas sugestões de trabalho para educadores e educandos as quais poderão contribuir para isso.</p>
Palavras-chave	<p>Agricultura familiar; Capitalismo; Modernização; Políticas públicas.</p>

APRESENTAÇÃO

Com a modernização da agricultura muitas mudanças na forma de produzir, nos objetivos da produção e nos planos de governo para a agricultura passaram a ser destinados a atender os grandes proprietários que produziam para a exportação de forma a atender os interesses das indústrias, induzindo os agricultores familiares a abandonarem a diversificação da produção que servia de base alimentar para sua família e dirigir o excedente para a comercialização, promovendo o êxodo rural e desestimulando os agricultores permanecerem na propriedade. Para reverter este quadro além de políticas de governo as quais devem ser voltadas para esses agricultores, há a necessidade de trabalhar com os jovens a fim de ajudar a mudar sua visão quanto a agricultura familiar.

Portanto a escola é um local onde pode ser feito um trabalho o qual ajudará nessa compreensão, através de debates e formas de produção alternativas, para que os agricultores familiares não fiquem dependentes das empresas capitalistas.

O projeto será desenvolvido com alunos de 8ª série da escola estadual Cristo Redentor do município de Nova Prata do Iguazu o qual tem sua economia baseada na agricultura familiar. Levando em consideração que os jovens serão os responsáveis pela administração da propriedade a escola pode contribuir trabalhando assuntos que irão ajudar esses alunos a buscarem alternativas de permanência na propriedade

O principal objetivo será conhecer os efeitos da modernização agrícola sobre a agricultura familiar e contribuir para a permanência do jovem no campo.

Esta unidade didática esta dividida em duas partes a primeira destinada aos educadores, onde podem ser encontrados textos sobre o desenvolvimento do capitalismo; Modernização agrícola e a expansão do capitalismo no campo; Agricultura familiar no sudoeste do Paraná; Sugestão de como organizar trabalho em grupo e ainda exercícios de reflexão e sugestões de leituras.

A segunda parte é destinada aos educandos composta por um texto sobre as transformações dos sistemas produtivos do sudoeste do Paraná; Trabalho de grupo; Trabalho de campo e palestra.

2 PARTE I

2.1 TEXTO 1

DIRECIONADO AOS EDUCADORES

2.2 AS FASES DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

2.3 INTRODUÇÃO

A história do capitalismo inicia a partir das transformações da sociedade feudal, na medida em que a auto suficiência do feudo e do pequeno comércio existente não supriam as necessidades de uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa.

O comércio começa a desenvolver – se cada vez mais e com ele o capitalismo começa a ganhar força e fazer parte da vida da população, portanto para que possamos entender a forma em que vivemos hoje e o porquê da nossa economia estar organizada dessa forma precisamos entender que a nossa história passou por diferentes fases onde o capitalismo esteve sempre presente.

2.4 CAPITALISMO COMERCIAL

O capitalismo é um sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro, empregando trabalho assalariado e no funcionamento do sistema de mercado. Sendo também a riqueza ou valores disponíveis e o conjunto de bens produzidos pelo homem que participam da produção de outros bens, bem como recursos monetários investidos ou disponíveis para investimentos. Todas essas definições são derivadas do capital que gerou o capitalismo econômico. Além do capitalismo

comercial veio o industrial e o financeiro, tudo isso, em bases iniciais nas trocas comerciais internacionais e na colonização das Américas com a descoberta pelos navegadores espanhóis, com a participação da Ásia e da África.

Singer (1991, pág. 18), diz

O capitalismo manufatureiro inspira o mercantilismo, sua estratégia de expansão requer a unificação do mercado nacional (inclusive os das colônias) e sua dominação mediante o monopólio político. Ele necessita da intervenção do estado nacional para seus rivais do mercado, sejam estes artesãos locais ou manufatureiros estrangeiros segundo a doutrina mercantilista, cabe ao estado promover as exportações e limitar as importações, de modo a maximizar o saldo comercial e deste modo promover a entrada de dinheiro no país, para reforçar o tesouro real.

Para Egas (2008), O surgimento do capitalismo comercial, no início da idade moderna entre os séculos XV e XVIII foi baseado no progresso econômico dos séculos XVI-XVIII e na crise dos séculos XIV-XV. O progresso nos séculos XV e XVIII, contribuiu para a formação da burguesia, o desenvolvimento da vida urbana, aumento da produtividade agrícola e artesanal, a intensificação do comércio e o começo de um sistema financeiro. Já a crise dos séculos XIV e XV desorganizou a sociedade europeia, que tornou a intervenção do estado, recém nascido importante para superar as dificuldades.

No século XV, o comércio já era a principal atividade econômica da Europa. Os comerciantes, que representavam a classe burguesa, tinham acumulado grandes capitais realizando o comércio com a África e Ásia, através do mar Mediterrâneo. O capital tornou-se a principal fonte de riqueza, substituindo a terra, do período feudal. O capital era obtido ou acumulado por meio da ampliação cada vês maior do comercio e por meio da exploração do ouro e da prata.

Segundo Egas (2008), A expansão do comércio gerou necessidade de aumentar a produção, principalmente a artesanal, com isso os artesãos mais ricos começaram a comprar as oficinas dos artesãos mais pobres. Obrigando os mais pobres se transformarem em trabalhadores assalariados, aumentando o número de empregados nas oficinas.

O capitalismo comercial ou mercantilismo representou a fase de acumulação de capital por meio do lucro obtido com o comércio e também por meio da

exploração do trabalho do homem, seja assalariado ou escravo. Nesta fase ocorreu a expansão marítima – comercial, fazendo surgir o colonialismo. Foi o período das grandes navegações, dos descobrimentos, das conquistas territoriais e também da escravização e genocídio de milhões de nativos da América e da África.

O termo capitalismo comercial surgiu porque o acúmulo de riquezas ocorreu por meio do comércio, a economia nesse período funcionava sob a intervenção do governo, pois a riqueza e o poder de um país eram medidos pela quantidade de ouro, prata e pedras preciosas em poder de um determinado país. Durante o capitalismo comercial tudo que pudesse ser vendido virava mercadoria e lucro nas mãos dos comerciantes europeus. Outro negócio bastante lucrativo foi o tráfico de escravos negros, neste período a balança comercial também ajudava quanto mais um país exportasse e menos importasse maior seria sua acumulação de riquezas, com isso quem sofria eram as colônias, pois eram obrigadas a venderem seus produtos a preços baixos e comprar das metrópoles mercadorias que necessitavam a preços altos.

Cada vez mais ganhava terreno à economia de mercado, as trocas monetárias, a preocupação com o lucro e a vida urbana. Assim se por um lado o mundo medieval encerrou em meio à crise, por outro, com o início da expansão marítima e declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência, o capitalismo comercial.

O surgimento do comércio na Europa e a exploração comercial do novo mundo americano, da África e da Ásia proporcionaram um crescimento da economia mercantil. No meio rural europeu as relações produtivas variavam desde as feudais até as que envolviam o trabalho assalariado, renunciando o que viria a ser um regime de características capitalista. A exploração do trabalhador e a expropriação de suas terras possibilitaram uma crescente ampliação de riquezas nas mãos dos donos dos meios de produção.

Segundo Dobb (1987), nessa época houve muitas crises financeiras e problemas econômicos, o que levou muitos donos de terras a hipotecar suas propriedades aos comerciantes das cidades. Além da queda do preço da terra no final do século XIV veio também um período de crise da produção agrícola, com isso a burguesia passou a comprar novas áreas de terras, portanto aumentando seu poder econômico.

Essa fase foi fundamental para desenvolver o capitalismo, pois permitiu um grande acúmulo de capitais na mão da burguesia européia. Essa acumulação de capitais criou condições na Inglaterra e depois em outros países, para que ocorresse a revolução industrial.

2.5 CAPITALISMO INDUSTRIAL

O capitalismo industrial representa uma nova fase do capitalismo, ele surgiu a partir de um processo de mudanças políticas e tecnológicas por volta da metade do século XVIII, essa fase do capitalismo superou o capitalismo comercial.

Para Egas (2008), até por volta do século XVIII, o comércio era a principal atividade econômica da Europa, o qual proporcionou grandes lucros à burguesia comercial. Nesta época começaram a surgir novas técnicas de produção de mercadorias as quais contribuíram para as transformações econômicas e sociais da época. Entre essas novas técnicas podemos destacar a invenção da máquina a vapor, do tear mecânico, entre outros, enquanto isso os lucros da burguesia ia aumentando fazendo com que surgisse uma burguesia muito mais forte que a burguesia comercial, portanto enquanto a burguesia industrial ficava com a maior parte dos lucros, o restante da população continuava pobre, trabalhando em terras arrendadas e em trabalhos assalariados.

Segundo Keil (2007), o ritmo de vida deixa de ser controlado pelas estações do ano, tornando-se mais dinâmico. Sob o ponto de vista econômico, inicia-se a modernidade. A Inglaterra deixa por primeiro a economia agrária e artesanal para entrar na era industrial, a Alemanha e a França vêm logo em seguida e depois outros países. A sociedade passa para uma sociedade de duas classes (o capital e o trabalho), o poder passa das mãos dos proprietários de terras para as mãos dos proprietários dos meios de produção industrial.

O aumento do comércio, a produção em larga escala e a acumulação de capital contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo industrial. O intenso êxodo rural na época criou enormes concentrações urbanas, os trabalhadores fabris viviam submetidos a longos períodos de trabalho, disciplina rígida, baixos salários e

péssimas condições de higiene contribuíam para grandes danos a saúde dos operários.

A transformação da sociedade foi a grande repercussão da revolução industrial, separou-se capital e trabalho. A burguesia industrial, dona dos meios de produção adquiriu cada vez mais importância, nasceu o proletariado proprietário apenas de sua força de trabalho, desenvolveu-se o trabalho assalariado.

O capitalismo industrial fez com que o trabalho assalariado se tornasse a principal forma de relação entre patrão e empregado. Passando assim a existir quem comprasse e quem vendesse a força de trabalho, essa troca passou a ser chamada de salário. A revolução industrial tornou mais intensa a competição entre os países industriais, para obter matérias-primas, produzir e vender seus produtos no mundo, fazendo assim surgir o imperialismo.

Os países Europeus mais ricos necessitando de matérias - primas para suas indústrias passaram a ocupar o continente Africano e Asiático, fundaram colônias e passaram a explorar a mão de obra dos nativos das colônias, as quais também passaram a ser mercados consumidores de produtos industriais europeus.

Muitos países americanos embora independentes das metrópoles européias também sofreram com a dominação imposta pelos países europeus, países como o Brasil e outros latinos americanos continuaram como vendedores de matérias primas a preços baixos e comprando produtos industrializados por um preço bem mais alto, criando assim um déficit na balança comercial.

Na manufatura o trabalho para a produção de mercadorias é realizado pelo homem com auxílio de alguma ferramenta. Para Singer (1991), com a revolução industrial a ferramenta é acoplada a uma máquina, a qual passa a substituir a mão de obra do homem, enquanto o homem ao invés de produzir passa apenas a acionar a máquina, de produtor o homem passa a ser servente da máquina.

A máquina passa a produzir um número maior de mercadorias em relação a que era produzido pelo homem, além disso a máquina produz com maior rapidez, o que para o capitalismo é de fundamental importância.

Singer (1991, pág. 16) diz:

A dinamização da economia de mercado pelo capitalismo ganha impulso enorme com a revolução industrial. Ela consiste essencialmente na

invenção de máquinas capazes de realizar tarefas que antes requeriam a mão de obra do homem.

A revolução industrial apesar de ter trazido um aumento na produção de mercadorias e dos lucros, trouxe também um aumento da exploração do trabalho humano. O trabalhador passou a ser submetido a longa jornada de trabalho recebendo um salário muito baixo, muitas vezes até crianças eram submetidas ao trabalho nas fábricas, essa situação obrigou os trabalhadores a buscarem formas de lutarem pelos seus interesses, passaram a se organizar em sindicatos e a realizarem a greve.

Assim essa fase do capitalismo foi marcada por muitos avanços tecnológicos, mas foi também um período de instabilidade econômica e política como a primeira guerra mundial, a revolução russa de 1917, crise de 1929 entre outros acontecimentos que passaram a fazer parte da história mundial.

Nessa fase o crescimento da economia capitalista foi muito grande, o processo de centralização de capitais fez surgir muitas empresas, indústrias, bancos, casas comerciais, entre outras, as quais cresceram rapidamente, esse crescimento criou condições para o surgimento do capitalismo financeiro.

2.6 CAPITALISMO FINANCEIRO

O capitalismo financeiro corresponde a uma fase em que a economia, mesmo das grandes empresas comerciais e das grandes indústrias, é controlada pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras. O surgimento do capitalismo financeiro no século XIX esta diretamente ligado com o forte crescimento econômico que se registrava neste período de plena expansão da revolução industrial.

Segundo Freitas (2007), esse tipo de capitalismo tem se transformado desde a revolução industrial até os dias atuais, no início esse sistema só existia em partes da Europa e Estados Unidos. Esse período ficou marcado pela grande prática do monopólio. Além disso, eram realizados os oligopólios, que correspondiam a união de algumas empresas, controlando a mão de obra e a matéria prima, dessa forma

impediam o desenvolvimento de outras empresas, garantindo uma hegemonia no mercado.

Para Freitas (2007), nesse mesmo período ficou difundida a junção de grandes empreendimentos e conciliamento entre a indústria e o capital bancário, emergindo assim o capital financeiro. Com o agrupamento de grandes empresas houve um grande crescimento que proporcionou o surgimento das empresas multinacionais, também chamadas transnacionais, essas empresas atuam em diversas partes do mundo.

No que se refere, no entanto ao início desta fase há varias interpretação, inclusive as que relacionam o seu desenvolvimento a Revolução Técnico Científico Informacional que ocorre no século XX.

Em um contexto global, o capitalismo financeiro está vinculado as redes de bancos e financiadoras que surgem. Os bancos passam a adquirir ações das empresas industriais, tornando-se acionistas dessas empresas e passando a indicar seus diretores, desta forma passa a existir uma reciprocidade entre os bancos e a indústria, surgindo grandes empresas as quais pouco a pouco passam a ser acionistas dos bancos. Dessa maneira, o capital financeiro, resulta da concentração do capital tanto na esfera produtiva como bancária.

Segundo Chesnai (1998), esse novo regime de acumulação tem demonstrado o caráter rentista do capitalismo hoje, com conseqüências bastante nefastas para a sociedade e para os territórios. Os capitalistas só expandem os investimentos diretos se esses investimentos trouxerem uma remuneração maior do que aquela vinda da renda obtida da remuneração a partir das taxas de juros. Também sob esse regime, fluxos de capital, do sistema financeiro mundial, que a partir de modernos sistemas de objetos técnicos atravessam as fronteiras nacionais em busca de rentabilidade, são as evidências geográficas do processo de mundialização financeira.

As condições políticas e técnico-informacional do mundo principalmente após os anos de 1990, permitem hoje, aos operadores do sistema financeiro internacional não somente usarem os países como meio de acumulação, mas autorizam esses operadores da acumulação da riqueza a atuarem em tempo real e em um espaço global, direcionando o dinheiro para regiões ou países onde a rentabilidade do capital permita a mais rápida e maior acumulação. Sendo o Brasil nos últimos anos um país preferido para os investidores ou especuladores estrangeiros.

Para Chesnais (1998), grandes conglomerados financeiros e também investidores institucionais de ação mundial atuando como operadores diretos na concessão de crédito a empresas e aos governos, ou ainda, na corretagem de instrumentos técnico-financeiros como ações, títulos da dívida pública, etc. garantem o movimento do dinheiro que agora transformado em informação, é conduzido para lugares seguros em busca de rentabilidade nas mais diversas regiões economicamente dinâmicas do mundo.

Nesse contexto as fronteiras nacionais assumem funções essenciais para a reprodução ampliada do capital, o dinheiro ao passar por essas fronteiras pode ter um rendimento extraordinário, toda essa produção de riqueza financeira não seria possível sem as pressões exercidas sobre os governos para romperem com as normas que restringem a livre acumulação do capital.

Chesnais, (2001, pág. 11) diz:

Sem ajuda ativa dos estados, os grupos industriais transnacionais e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico é a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar dos novos. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo "reforma" palavra hoje despojada de seu sentido original.

Para o autor, países centrais e periféricos desde os anos de 1980 já enfrentavam pressões para liberação de seus sistemas financeiros. O Brasil desde o século XX já conhecia um processo de internacionalização da atividade financeira relacionado ao aprofundamento de vínculos de dependência.

Segundo Chesnais (2001), no Brasil a adequação normativa promovida a partir dos anos de 1990 possibilitou que os fluxos de capital que se acumulavam em outras regiões do mundo pudesse encontrar aqui uma valorização vantajosa, assim o Brasil passa a receber intensivos fluxo de capital via bolsa de valores.

Para atender as novas exigências do mercado mundial, em fazer circular e transferir valores em tempo quase real surgiu os sistemas informatizados, dando condições para o surgimento de uma nova fase do capitalismo denominada capitalismo informacional.

2.7 CAPITALISMO INFORMACIONAL

Na história da sociedade marcada pela relação homem natureza, a técnica sempre esteve presente nas transformações da natureza e na capacidade do homem modificar seu espaço em seu benefício. A partir do término da Segunda Guerra Mundial essa interação ganhou nova dinâmica, pois o uso da técnica foi longamente difundido, contribuindo de forma determinante para o processo de globalização.

Para Castell (1999), o capitalismo informacional se baseia nas mudanças provocadas pelas novas tecnologias de informação. Surgiu no século XX e por ser uma fase do capitalismo mais recente, ainda, encontra-se em formação e expansão pelo mundo.

A produtividade é a fonte de riqueza das nações e a tecnologia é o principal fator que propicia a produtividade. Nem sempre as empresas e também as nações buscam a tecnologia pela própria tecnologia ou o aumento da produtividade para melhorar a vida da humanidade, mas pela lucratividade. Podemos notar isso em muitos países onde as privatizações deram oportunidades de investimento, aumentando a produtividade e a lucratividade das empresas privadas, no entanto a vida da maioria da população não melhorou.

Segundo Castell (1999), Vivemos em uma sociedade na qual a presença das novas tecnologias de informação, comunicação e entretenimento são cada vez maiores, e com elas, os conceitos de informação, conectividade e interatividade. A informação crescendo continuamente, predomina sobre a energia e a imagem de representação é dada pelo computador, ao invés de turbinas, ou chaminés das fábricas. A microeletrônica constitui o novo modelo que se estabelece a partir das atuais inovações tecnológicas e configura uma rede complexa que vai além das transformações de caráter técnico e afeta todos os aspectos de nosso sistema econômico e cultural.

Embora diferente da economia industrial, a economia informacional não se opõe a ela, a indústria passa paulatinamente a incorporar a tecnologia informacional em suas bases de produção e distribuição. Pois se a indústria não tivesse aderido o sistema informacional teria perdido força e não teria condições de funcionar como uma unidade em tempo real e em escala planetária.

Para Cabral (2008), a partir dos anos de 1980, a lógica capitalista desloca sua ênfase de aumento de produtividade para o aumento da lucratividade e competitividade para abrir novos mercados, conectando os segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de uma extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação muitas vezes maior.

Para o autor, quem mais se beneficiou desta nova lógica foram as empresas de alta tecnologia e os conglomerados financeiros, o movimento dos mercados financeiros integrados globalmente, passou a funcionar em tempo real 24 horas por dia, levando os fluxos financeiros internacionais dos principais países crescerem muito mais do que vinham crescendo.

Ainda segundo Cabral (2008), as empresas diretamente envolvidas com a mudança do padrão tecnológico, microeletrônica, microcomputadores, telecomunicações e empresas financeiras, tiveram um enorme crescimento de produtividade e lucratividade. Com isso cada vez mais somos moldados, mesmo sem saber ou sem sentir, pelos arranjos capitalistas dos sistemas de informação, estes nos parecem naturais ou espontâneos e não resultado de construções históricas, sociais e concretas.

A economia capitalista dominante no mundo estimula a competição econômica e força às empresas a buscarem a eficácia, gerando uma sucessiva revolução do trabalho, da técnica e dos produtos. Sistemas cada vez mais aperfeiçoados de comunicação e de informações, junto com técnicas de distribuição, como técnicas de empacotamento, controle de estoques e containerização, permitem a aceleração das atividades e da circulação de mercadorias. Bancos eletrônicos e dinheiro em forma de cartão são inovações que agilizam os fluxos de dinheiro e permitem a aceleração dos negócios nos mercados financeiros e de serviços, tanto nacionais como internacionais.

3 REFERÊNCIAS

CABRAL, Alais. **Capitalismo informacional**. Disponível em:
<<http://pffessoralaiscabral.blogspot.com/2011/02/capitalismo-informacional.html>>
Acesso em 10 de junho de 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, a sociedade em rede**. 5Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Tradução Klaus Blandini Gerhardt e Venâncio Majer.

CHENAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHENAIS, François. **O capital financeiro no comando**. São Paulo: Xamã editora e gráfica, 2001.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

EGAS, Karen. **Capitalismo comercial**. Disponível em:
<http://www.grupoescolar.com/matéria_capitalismo_comercial.html> Acesso em 28 de maio de 2011.

FREITAS, Eduardo de. **Capitalismo financeiro**. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/geografia/capitalismo-financeiro.html>> Acesso em 01 de junho de 2011.

SINGER, Paul. **O capitalismo sua evolução sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo S P: Moderna, 1991.

4 QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A medida que avança a globalização da economia internacional, o mundo se torna cada vez mais competitivo, demonstrando o interesse das multinacionais no enriquecimento e a exploração ampla sobre os países mais pobres. Como o Brasil sofreu as conseqüências dessa prática?
2. Como o desenvolvimento e a expansão do capitalismo influenciaram o dia a dia da escola?
3. O capitalismo é um sistema que se baseia no lucro e no consumo. Como trabalhar com os alunos para que o consumo não se torne consumismo?

5 SUGESTÕES DE LEITURAS

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1987.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Revolução industrial e capitalismo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

SINGER, Paul. **O capitalismo sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo, SP: Moderna, 1991.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo, SP: Global Editora, 1983.

6 TEXTO 2 – DIRECIONADO AOS EDUCADORES

6.1 Modernização Agrícola e a Expansão do Capitalismo no Campo

Os estudos referentes às questões agrárias são fundamentais para se compreender a realidade brasileira. Conforme Costa (2010) o meio rural sempre foi lugar de dominação política e econômica, a paisagem urbana sofre influências das transformações do campo ao mesmo tempo em que as mudanças nas cidades, promovem alterações na organização do campo.

No Brasil a expansão do processo de acumulação capitalista no campo apesar de ter ocorrido desde o início da colonização, cujo sistema estava baseado no capitalismo europeu e a organização da colonização era baseada na produção agrícola para a exportação e utilizava trabalho escravo, foi mais acentuado depois da década de 1950 e isso ocorreu da forma como o capital passou a explorar as relações sociais, a natureza, apoiado pelas ações do governo.

Segundo Martins (1981), a organização das relações sociais e produtivas é alterada ao longo do tempo, refletindo desta forma na organização do espaço. Para o capitalismo o patrão e empregado são iguais, pois essas pessoas podem fazer contrato entre si e desfazer quando acharem necessário, o que não acontecia com o

escravo porque não era livre para vender sua força de trabalho para quem quisesse, nem era igual, pois ele era propriedade de seu senhor.

Havia, no período colonial, no Brasil a figura do coronel o qual era o grande proprietário, dono dos latifúndios. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo nas últimas décadas, também marcado pelos efeitos da globalização e com o neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990, a expansão do capitalismo no campo brasileiro surgiu o que chamamos de agro negócio, que se caracteriza pela forma de monocultura e o emprego de alta tecnologia na produção, o resultado foi o aumento da concentração de terras nas mãos de grandes empresas que determinam o que, quando, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos agrícolas.

Para Jéferson Choma (2008), outra característica é que cada vez mais o agro negócio controla todas as etapas da produção, desde o mercado de insumos, passando pelas técnicas de produção, pesquisas em áreas como genética e biotecnologia; aos sistemas de financiamento e redes de comercialização.

Martins (1981) chama a modernização pós 1960 de conservadora, pois ocorre uma modernização nos meios de produção, mas não nas relações de produção, o desenvolvimento do capitalismo no campo acelerou e intensificou a modernização chamada de dolorosa, desigual e conservadora.

Para o produtor familiar as informações da expansão do capitalismo no campo foram divulgadas pelos meios de comunicação de massa, pelos programas de governo de modernização e do desenvolvimento rural, pela assistência técnica e também pelas grandes empresas. Tudo isso foi transformando a agricultura numa fornecedora de matéria prima para a indústria Silva (2003) na década de 1990 já alertava para a industrialização da agricultura.

A expansão do capitalismo no campo trouxe grandes modificações nas atividades agrárias, com a incorporação da tecnologia veio o aumento da produtividade e redução do número de trabalhadores. Segundo Martins (1981), a modernização tecnológica limitou a demanda de mão de obra somente em alguns períodos do ano, essa mão de obra excedente foi por algum tempo absorvida na cidade por setores da indústria que não necessitavam de mão de obra especializada, mas esses setores das indústrias também estão se modernizando.

Para Silva (2003), a partir da segunda metade do século 20 as transformações decorrentes do avanço das relações capitalista de produção passam

a promover mudanças significativas no espaço geográfico. O ritmo da reprodução ampliada do capital incorpora novos espaços, por meio de uma nova divisão social e territorial do trabalho. O avanço das técnicas, os seus usos fazem aumentar a intensidade da exploração do trabalho.

Essas transformações provocam a concentração da propriedade da terra, o latifúndio passa a ser visto como uma grande empresa geradora de lucros para uma pequena classe dominante enquanto os pequenos proprietários são expropriados e tem sua mão de obra explorada.

Muitas vezes por traz das super safras, das exportações do aumento da produção se escondem indicadores do desemprego dos conflitos no campo e de desequilíbrios ambientais.

Segundo Martins (1981), pesquisas feitas na Inglaterra por volta dos anos 1940 mostraram que era possível praticar a monocultura de cereais durante vários anos numa mesma extensão de terra, para isso era necessário empregar apenas fertilizantes químicos, através de pesquisas e com o passar do tempo essa prática foi ganhando força. Mais tarde nos Estados Unidos com apoio do Estado e com novas pesquisas de desenvolvimento tecnológico este sistema se espalhou pelo mundo.

Essa mudança da agricultura tradicional para a chamada agricultura moderna fez aumentar a dependência da agricultura em relação à indústria. Segundo (Bianchini, 1996), os próprios meios que levaram a agricultura moderna ao sucesso, está mudando sua base, pois elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende. (Gliesman, 2000) explica que a agricultura moderna é insustentável ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global em longo prazo, porque deteriora as condições que a torna possível.

No Brasil a história da agricultura começou com os índios e teve uma grande transformação com a chegada dos colonizadores que implantaram a agricultura baseada no latifúndio e na monocultura exportadora, a partir dos anos 60 o Brasil entrou definitivamente na modernização da agricultura para isso foi criada a EMBRAPA cujo objetivo na época era a dar sustentabilidade para a revolução verde. Também foi criada a EMBRATER que teve como objetivo principal unificar as associações de crédito e extensão rural. Para apoiar os pacotes da revolução verde, também foi organizado o sistema de cooperativismo com departamentos técnicos,

armazéns e agroindústrias, além do sistema nacional de crédito rural com créditos fartos e subsidiados que financiavam determinados produtos, máquinas, sementes selecionadas e agro-químicos, criando uma integração entre agricultura e indústria e atendia principalmente quem plantava para a exportação.

O crédito rural criado em 1965 viabilizou financeiramente os pacotes tecnológicos, além de disponibilizar aos agricultores o crédito com o objetivo de consumo de insumos modernos, criação e desenvolvimento dos complexos agroindustriais, sementes selecionadas etc.

Segundo dados do IBGE a produção brasileira de grãos saltou de 25,10 milhões de toneladas em 1965, para 49,97 milhões de toneladas em 1980. Também as exportações cresceram em um ritmo bastante acelerado, de 4,04 bilhões de dólares em 1965 para 15,22 bilhões de dólares em 1980. Enquanto os créditos passaram a atender cada vez mais os grandes produtores a grande maioria dos pequenos agricultores que não participavam dos créditos e do crescimento econômico do país tiveram sua situação agravada cada vez mais sendo que passou a ocorrer de forma cada vez mais intensa o êxodo rural, em 1980 a população rural era de 38,5 milhões de habitantes, 32,4% da população total, já em 1991 era de 35,8 milhões, 24,4% da população total chegando hoje mais de 80% da população brasileira vivendo nas zonas urbanas.

A grande maioria das propriedades rurais do país pertence a agricultores familiares, de acordo com a secretaria de agricultura familiar em 2006 eram 13,8 milhões de pessoas em 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% de população ocupada na agricultura, cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população são produzidos por agricultores familiares, isso justifica a elaboração de políticas públicas que visem o fortalecimento da agricultura familiar, criando oportunidade de trabalho e reduzindo o êxodo rural, além de diversificar a produção e fortalecer a economia dos pequenos municípios.

As políticas públicas para a agricultura familiar surgiram na década de 1990 devido ao fortalecimento dos movimentos sociais rurais e a necessidade dos órgãos públicos intervirem na exclusão social que ocorria. Hoje os agricultores familiares podem contar com alguns programas de crédito como o PRONAF que tem o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar e atender essas famílias de forma diferenciada para integrá-las a cadeia do agro-negócio, proporcionando aumento de renda e agregando valor ao produto e a propriedade. Este sistema oferece algumas

vantagens para os produtores como a obtenção de financiamentos de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar.

Outro exemplo é o sistema de cooperativas como a CRESOL que atua nos estados do sul do Brasil com o sistema de crédito solidário, o qual tem o objetivo de conhecer a realidade do agricultor, de ser administrado pelos próprios agricultores e conceder empréstimos aos pequenos agricultores os quais não tem acesso ao crédito em outros bancos.

7 QUESTÕES PARA REFLEXÃO:

1. A modernização agrícola trouxe a expansão do capitalismo no campo. A partir disso que transformações o campo passou a sofrer? Essas mudanças podem ser consideradas positivas ou negativas? Por quê?
2. Que relação podemos fazer entre crédito agrícola e a agricultura familiar?
3. Porque podemos afirmar que a agricultura familiar tem uma importância significativa para a população?

8 SUGESTÕES DE LEITURA:

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná.** Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar.** 2ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

9 TEXTO 3 – DIRECIONADO AOS EDUCADORES

9.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ

A região sudoeste do Paraná no início era habitada pelos índios os quais sobreviviam dos recursos da natureza, não praticavam a agricultura, no sistema indígena a terra pertencia à comunidade não sendo permitido ser vendida ou dividida.

Mais tarde vieram para a região os colonos oriundos de outras regiões, atraídos pela terra e a grande quantidade de recursos, os caboclos como são chamados faziam suas pequenas plantações e criações de animais para o consumo da família, completando sua alimentação com recursos da natureza, portanto a interferência na natureza era mínima.

No começo dos anos 1940 começam a chegar à região sudoeste os colonos descendentes de europeus vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais com outra cultura e visão de produção eliminaram o uso coletivo dos recursos naturais, enquanto a terra passou a ter outros valores, destinados a produção de mercadorias para serem comercializados e obter lucros, com o aumento das famílias as terras iam sendo divididas em novas áreas onde eram plantados e colhidos os produtos para o consumo e comercializadas o excedente, assim foi se formando a estrutura fundiária do sudoeste em pequenas propriedades.

Com o passar do tempo através da interferência de interesses econômicos nacionais e internacionais a estrutura e a visão dos pequenos proprietários foi mudando passando a incorporar tecnologias e costumes do grande capital, isso incentivado pelo próprio poder público e aceito pelos agricultores, pois vendo a terra se esgotar, precisava buscar alternativas para continuar produzindo.

A chegada ao sudoeste paranaense no final dos anos 40 dos colonos descendentes de europeus, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, revolucionou completamente o regime de apropriação da terra e o sistema de utilização do solo até então existente na região, portanto o modo de ocupação da terra foi baseado na pequena propriedade, tornando a agricultura da região baseada na agricultura familiar.

O termo agricultura familiar já recebeu outras denominações como pequeno produtor, pequeno proprietário, camponês, termos esses que para muitos autores davam a idéia de atraso a esses produtores, portanto hoje é utilizado o termo agricultora familiar cuja definição varia um pouco conforme o autor.

BITTENCOURT e BIANCHINI (1996), em estudo realizado na região sul do Brasil adotaram a seguinte definição "Agricultor familiar é todo aquele agricultor que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão de obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Segundo TINOCO (2008) a maioria das definições de agricultura familiar adotada em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Na origem a produção camponesa é aquela que possui a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na mesma unidade de produção, produzindo para sua subsistência e vendendo as sobras para o mercado. Neste sentido a produção é usada para satisfazer as necessidades da família, a qual vem em primeiro lugar, esse que é o fator principal do trabalho.

A zona rural do sudoeste do Paraná é formada principalmente por pequenos proprietários, os quais devido à história do desenvolvimento agrícola adotado pelo país vêm sentindo muitas dificuldades em sobreviver na propriedade.

Segundo dados da FETRAF SUL, as principais dificuldades dos agricultores familiares dizem respeito aos sistemas agro-ecológicos, para melhorar esse problema o agricultor deve incorporar cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção.

Segundo Gliessman (2005) os sistemas de produção agro-ecológicos têm a possibilidade de perpetuar a colheita de massa verde de um determinado local, e isso determina uma condição de sustentabilidade.

A FETRAF SUL acredita que a falta de crédito não é mais problema para os agricultores familiares do sudoeste, o problema agora esta na qualificação. É fundamental um bom planejamento de aplicação, de modo que o crédito se encaixe em um projeto de desenvolvimento da unidade de produção familiar. A gestão do crédito a partir de projetos bem elaborados pode transformar em realidade o sonho da família, mas pode também virar pesadelo quando utilizado sem critério.

Santos (2008, p. 94-95) diz:

Uma questão que toma vulto nos últimos anos, no sudoeste do Paraná, diz respeito ao endividamento dos agricultores. De acordo com os dados obtidos em trabalho de campo 86% dos agricultores utilizam crédito, principalmente, para custeio das lavouras. A falta de pagamento das dívidas pode resultar em um processo de expropriação.

A garantia de renda para a agricultura familiar é outro problema que segundo o sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Prata do Iguaçu, este é um assunto que já esta na pauta de reivindicações junto aos órgãos competentes nas esferas Estadual e Federal.

Segundo Ceretta (2004), os dados do fórum inter-governamental e da sociedade, mostram que os complexos agroindustriais de transformação de matéria prima produzida pela agricultura, a indústria de insumos e os responsáveis pela comercialização têm cada vez mais, se apropriado das riquezas geradas pela agricultura. Há 50 anos atrás, o agricultor produzia com insumos próprios, industrializava e comercializava sua produção, grande parte diretamente para o consumidor. A lógica moderna de produção expropriou grande parte desses benefícios, deixando para o agricultor somente a parcela da produção, justamente a mais arriscada. Esse processo tem sido facilitado pela mentalidade individualista e centralizadora do lucro que cada vez mais domina os agricultores e a sociedade.

Ainda segundo o fórum em 1999 existiam aproximadamente 399 agroindústrias de pequeno porte no sudoeste do Paraná, sendo que 44,5% funcionavam clandestinamente. As principais dificuldades encontradas pelos agricultores apontadas pelo fórum são: canais de comercialização dos produtos; o agricultor é polivalente, isto é, atua em várias funções; a falta de visão empreendedora do negócio a longo prazo; falta de instrumentos gerenciais na área

financeira, na avaliação do caixa, na apuração dos custos inseridos na cadeia produtiva, bem como formular preço de venda com margem de lucro que almeja. Essas dificuldades de acordo com o fórum existem devido à falta de tempo do agricultor, por não haver uma divisão do trabalho familiar e também pela baixa escolaridade dessas pessoas.

Diante de todos esses problemas enfrentados pelos agricultores familiares observa-se que há a necessidade de uma educação voltada para a realidade desses agricultores, portanto acredito que este projeto poderá ajudar a muitos jovens repensarem sua visão em relação à agricultura familiar, ajudando a buscarem formas de organização e produção as quais ajudarão a tornar a propriedade mais rentável.

9.2 QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Mesmo a agricultura familiar sendo uma grande produtora de alimentos e empregando um grande número de mão de obra por que ela não recebe atenção e incentivos públicos como deveria? E por que os jovens não mostram interesse em permanecerem na propriedade?
2. Que problemas a agricultura familiar do sudoeste do Paraná vem enfrentando e como podem ser resolvidos esses problemas.

10 SUGESTÕES DE LEITURA

FETRAF SUL. **Transformações dos sistemas produtivos no sudoeste do Paraná.** In: Revista Fetrac Sul, 2007.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura trigo e soja.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1988.

11 4ª ETAPA PARA EDUCADORES

11.1 COMO ORGANIZAR TRABALHO EM GRUPO

11.2 INTRODUÇÃO

O trabalho em grupo pode ser um método para motivar os alunos, encorajar a aprendizagem e desenvolver capacidades críticas, comunicativas e de decisão para isso o professor precisa ter claro o que pretende com o trabalho e também fazer uma posterior reflexão e reavaliação dos resultados do trabalho, para que possa melhorar a cada trabalho realizado.

- **Estabelecer Objetivos Específicos** – Determinar o que quer alcançar através das atividades propostas para o grupo, a atividade deve estar relacionada com os objetivos e conteúdos da disciplina de modo a ajudar os alunos assimilar o conteúdo trabalhado.
- **Transformar a tarefa num desafio** – Os jovens geralmente gostam de serem desafiados, a partir disso irão mostrar maior interesse em fazer o trabalho da melhor forma possível.
- **Atribuir tarefas que encorajem o envolvimento** – Todos os componentes do grupo devem se sentir responsáveis pelo sucesso do companheiro e que o sucesso individual depende do grupo. Distribuir diferentes papéis para cada membro do grupo (porta voz, anotador, organizador, observador, mediador, etc.).
- **Estabelecer a divisão do grupo** – A divisão baseada na proximidade ou na escolha dos alunos é a mais rápida, porém essa divisão faz com que geralmente os alunos fiquem nos mesmos grupos. Para evitar isso pode formar os grupos a partir da preferência de cor de cada aluno, altura, cor do cabelo, etc.

- **Fornecer tempo suficiente para o trabalho em grupo** - O tempo deve ser suficiente para realizar o trabalho proposto de maneira a não faltar tempo para realizar a tarefa e também a não sobrar muito tempo.
- **Partilhar os princípios que levam a aplicação do trabalho em grupo** – Os alunos devem perceber as vantagens da aprendizagem baseada na colaboração do trabalho em grupo.
- **Formar os grupos antes de dar as instruções** – Se tentar dar as instruções antes de formar os grupos os alunos poderão estar preocupados com os possíveis colegas de grupo e não prestarem atenção na instrução.
- **Explicar a tarefa claramente**-Explicar aos alunos exatamente o que eles têm que fazer e como será o produto final do trabalho em grupo.
- **Estabelecer regras para interação do grupo** - Estabelecer a forma como os membros do grupo devem interagir entre si, respeito, capacidade de ouvir, etc.
- **Deixar os alunos colocarem questões** – Os alunos podem ter sugestões válidas para o trabalho, deixar que façam perguntas antes de iniciar o trabalho.
- **Monitorizar os grupos, mas não controlar** – Circular entre os grupos respondendo possíveis questões que vão surgindo não interferir no funcionamento do grupo, tentar fazer com que os alunos resolvam os problemas que surgirem.
- **Fornecer uma conclusão para as atividades de grupo** – Essa conclusão pode ser através de relatórios orais, relatórios escritos e outros.

Fonte:<<http://ndsim.esec.pt/pagina/opdes/documentos/implementartrabalhodegrupo.pdf>>

12 PARTE II

12.1 INTRODUÇÃO

Esta segunda parte da unidade didática é destinada aos educandos, composta de um texto que conta a história da ocupação do sudoeste do Paraná que começou com os índios, depois os caboclos e por último a colonização feita pelos imigrantes descendentes de europeus. O texto agricultura familiar: Transformações dos sistemas produtivos no sudoeste do Paraná foi retirado de uma cartilha elaborada pela FRETRAF Sul, cuja autorização de uso encontra-se em anexo, onde também é encontrado o texto.

Ainda faz parte desta unidade uma proposta de trabalho de campo a ser feito com os alunos durante visita a duas propriedades de agricultura familiar. Trabalho em grupo onde os alunos irão fazer pesquisa sobre: capitalismo no campo, agricultura familiar, modernização da agricultura e políticas públicas para o campo.

Também como sugestão de trabalho com os educandos são sugeridas palestras com representantes de entidades ligadas a agricultura familiar.

Nesta parte pode também ser encontradas sugestões de filmes os quais falam da luta pela terra no Brasil, do domínio do campo brasileiro por parte de grandes empresas capitalistas as quais desenvolvem a monocultura, os problemas sociais e econômicos que isso traz.

12.2 ATIVIDADE 1

12.3 ESTUDOS DE TEXTO

12.4 Agricultura familiar: Transformações dos sistemas produtivos no sudoeste do Paraná. Em anexo.

12.5 INTRODUÇÃO

Até o final dos anos de 1940 a região sudoeste paranaense era considerada como um vazio demográfico, os poucos habitantes eram os índios, que viviam dos recursos naturais disponíveis para a alimentação.

Já no final dos anos 30 e início dos anos 40 começaram a chegar a região os caboclos vindos de outras regiões, iniciando o povoamento do sudoeste do Paraná, o sistema de produção dos caboclos era baseado no autoconsumo.

Com a chegada ao sudoeste do Paraná dos colonos descendentes de europeus revolucionou completamente o regime de apropriação da terra e o sistema de utilização do solo.

Trabalhar os conceitos históricos de ocupação e desenvolvimento da região facilitará a compreensão por partes dos alunos do porquê a região possui essa estrutura fundiária.

12.6 OBJETIVOS

- Ajudar os alunos entender como aconteceu a ocupação e o desenvolvimento do campo no sudoeste paranaense.
- Entender qual era a visão em relação a terra do índio, caboclo e dos migrantes descendentes de europeus.

12.7 MATERIAL

O trabalho pode ser desenvolvido com a utilização de textos, que podem ser encontrados na tese de doutorado da professora Roseli Alves do Santos, e ainda na revista transformações dos sistemas produtivos no sudoeste do Paraná FETRAF SUL.

12.8 METODOLOGIA

Para desenvolver o trabalho pode ser feitos grupos com os alunos os quais fazem a leitura do texto; depois pedir aos alunos que falem a respeito do assunto, se o professor achar necessário pode complementar as explicações dos alunos; Pode também usar slides os quais mostrem imagens do capitalismo na agricultura.

12.9 SUGESTÕES DE DISCIPLINA DE APOIO

- História

12.10 AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser feita conforme a participação dos alunos durante o trabalho em grupo, durante o debate e também nas respostas dos seguintes exercícios: Como era o uso da terra; sistemas de produção; tecnologias e insumos; relação com o mercado; máquinas e equipamentos; formas de organização e uso de crédito, no sistema indígena, caboclo e dos colonos migrantes europeus.

13 ATIVIDADE 2

13.1 TRABALHO DE CAMPO

13.2 INTRODUÇÃO

A aula de campo pode ser um importante meio de trabalho a se fazer com os educandos, para isso o professor deve ter claro o que pretende com o trabalho e conhecer o local a ser visitado e deixar os educandos informados dos objetivos do trabalho a ser feito.

Segundo a DCE de geografia, para organizar uma aula de campo o professor delimitará previamente o trajeto, de acordo com os objetivos a serem alcançados,

partindo de uma realidade local bem delimitada para investigar a sua constituição histórica e realizar comparações com outros lugares, assim a aula de campo jamais será um passeio, porque terá um papel pedagógico importante no ensino de geografia.

Esse trabalho de campo será feito em duas propriedades de agricultura familiar onde em uma delas o proprietário produz de forma orgânica, e na outra é feito uma diversificação da produção.

13.3 OBJETIVOS

- Oportunizar conhecimentos aos educandos para melhorar a sobrevivência na propriedade rural
- Conhecer nas propriedades a serem visitadas formas de produção e organização alternativas

13.4 MATERIAL

- Material para anotações
- Transporte
- Máquina fotográfica
- Filmadora

13.5 METODOLOGIA

Será elaborado um roteiro de questões e pontos de observação que os alunos deverão seguir para compreender a forma de organização no sudoeste do Paraná a partir da realização do trabalho de campo.

Após serão feitas visitas a duas propriedades de agricultura familiar, uma de produção orgânica e outra onde o proprietário usa a diversificação da produção, essas visitas serão previamente agendadas com os proprietários os quais farão uma explanação do que é produzido, destino da produção, das tecnologias utilizadas na

propriedade e da mão de obra utilizada. Sendo que os alunos farão anotações para posterior debate em sala de aula.

13.6 SUGESTÕES DE DISCIPLINAS DE APOIO

- História
- Ciências
- Português

13.7 AVALIAÇÃO

A avaliação vai ser feito com base na participação dos alunos durante a visita as propriedades e na participação durante o debate em sala de aula utilizando os resultados do trabalho de campo.

14 ATIVIDADE 3

14.1 TRABALHO EM GRUPOS

14.2 INTRODUÇÃO

O trabalho em grupo pode ser uma alternativa de trabalho em que o educador pode fazer observações enquanto os educandos trabalham dando autonomia e sugestões de trabalho, este trabalho será desenvolvido para que os alunos tenham noção do que foi a expansão do capitalismo no campo; como foram as políticas públicas para o campo e como ocorreu a modernização da agricultura no Brasil.

14.3 OBJETIVOS

- Estudar o desenvolvimento da organização capitalista na agricultura e suas implicações sobre a agricultura familiar.

- Estudar conceitos de expansão do capitalismo no campo; Políticas públicas para o campo; Modernização da agricultura; e agricultura familiar.

14.4 MATERIAL

- Livros
- Revistas
- Laboratório de informática

14.5 METODOLOGIA

Para realização do trabalho serão formados quatro grupos e para cada grupo será distribuído um assunto, expansão do capitalismo no campo, políticas públicas para o campo, modernização da agricultura e agricultura familiar. Enquanto dois grupos trabalham no laboratório de informática, os outros dois fazem pesquisa em livros e revistas, fazendo a troca posteriormente.

14.6 SUGESTÕES DE DISCIPLINAS DE APOIO

- História
- Português

14.7 AVALIAÇÃO

A avaliação poderá ser feita de acordo com a participação dos educandos durante o trabalho em grupo e nas apresentações das pesquisas feitas.

15 ATIVIDADE 4

15.1 PALESTRA

15.2 INTRODUÇÃO

Trabalhar com palestra com os educandos é mais uma forma de diversificar as aulas e também um meio de envolver outras pessoas da sociedade no ambiente escolar, aproveitando o conhecimento dessas pessoas, contribuindo com um maior aprendizado dos educandos.

Essa palestra será realizada com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Nova Prata do Iguazu o qual possui uma longa experiência de trabalho com os agricultores familiares do município.

15.3 OBJETIVO

- Debater com representantes de organização da agricultura familiar as dificuldades e vantagens desse segmento da agricultura.
- Ajudar os jovens a refletirem que muitas vezes a sobrevivência no campo é melhor em relação à cidade.

15.4 MATERIAL

- Material multimídia
- Fotos e imagens

15.5 METODOLOGIA

A palestra será desenvolvida pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais e será utilizado panfletos que trazem dados referentes a participação da agricultura familiar na produção de alimentos, no número de empregos gerados por ela e a importância para a economia de Nova Prata do Iguazu e do Brasil, também será utilizado fotos e imagens referentes ao assunto.

15.6 SUGESTÕES DE DISCIPLINAS DE APOIO

- Ciências

- Português

15.7 AVALIAÇÃO

A avaliação será feita através de um relatório feito pelos educandos referente ao assunto da palestra e também de acordo com a participação na palestra.

16 ORIENTAÇÕES/RECOMENDAÇÕES AOS PROFESSORES

Esta unidade didática foi elaborada partindo do princípio que a região sudoeste do Paraná onde está localizado o município de Nova Prata do Iguaçu, possui a sua estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de agricultura familiar, a qual vem sofrendo muitos problemas. Com este trabalho busca-se trabalhar com os educandos propostas a fim de amenizar esses problemas.

Mesmo sendo uma realidade do sudoeste paranaense talvez esse projeto possa contribuir com outros professores que trabalhem em regiões que possuam características semelhantes ao sudoeste do Paraná.

Para isso esta unidade está dividida em duas partes uma para educandos e a outra para educadores onde pode ser encontrados textos, sugestões de leituras, sugestões de filmes sobre o assunto, questões para reflexão, proposta de trabalho em grupo, proposta de palestra e pesquisa de campo.

17 PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Em todo trabalho depois de pronto deve haver uma avaliação, com a qual será possível ver os pontos fortes e onde precisa ser melhorado.

Segundo as DCE da educação básica do estado do Paraná, no processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o

fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para o educador a avaliação pode servir de subsídio para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso do conhecimento.

Para isso o educando não pode ter apenas um meio de avaliação, ele deve ser avaliado por diversos meios, em um dos quais, ele pode mostrar o que ele sabe a respeito do assunto o qual ele esta sendo avaliado. Também a avaliação deve ser feita ao longo de um trabalho, permitindo assim ao educador perceber o quanto o educando cresceu ao longo do tempo.

De acordo com as DCE do Paraná, para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem. Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas.

18 Sugestões de Filmes elaboradas pelo laboratório de geografia agrária da USP – site: www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorio/agraria

- **Corumbiara: o massacre dos camponeses** (Helena Angélica de Mesquita - Brasil-1995)

O massacre de Corumbiara mostra que o conflito na fazenda Santa Elina tem as mesmas características de milhares de conflitos por terra que aconteceram e acontece no Brasil, e que o massacre de Corumbiara tem a mesma gênese de tantos outros massacres acontecidos contra camponeses, posseiros e índios ao longo de quinhentos anos de luta pelo acesso e posse a terra, evidenciando que o país ainda não resolveu sua questão agrária.

- **Contestado – a guerra desconhecida** (Enio Staub – Brasil - 1986 – 01 hora)

Média metragem nacional sobre este conflito no sul do país. Entrevistas, filmes e fotografias do período do conflito, ocorrido em Santa Catarina, no início do século XX.

- **Senhores da terra. Dono do mundo** (roteiro e texto: Maria Aparecida de Moraes Silva – Brasil – 2005 – 20 min)

Num momento em que o agro negócio da cana de açúcar domina as principais diretrizes econômicas e políticas do país e ganha espaço nos meios de comunicação, sobretudo televisivos, este vídeo retrata os meios utilizados para a expansão dessa cultura. As imagens registram os momentos em que mais de um milhão de cafeeiros de uma fazenda, situada no nordeste paulista, estavam sendo arrancados para cederem espaço a cana. A homogeneização espacial imposta pela cultura canavieira destrói as marcas sociais e geográficas da “civilização” cafeeira, característica dessa região desde os finais do século XIX. A destruição dos cafezais simboliza social e politicamente o poder da usina e revela um dos avessos do agro negócio: o apagamento da memória.

19 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996. Acesso em 16 de dezembro de 2010.

CABRAL, Alais. **Capitalismo informacional**. Disponível em: <<http://pfessoralaiscabral.blogspot.com/2011/02/capitalismo-informacional.html>> Acesso em 10 de junho de 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, a sociedade em rede**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001. Tradução Klaus Blandini Gerhardt e Venâncio Majer.

CHENAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

CHENAIS, François. **O capital financeiro no comando**. São Paulo: Xamã editora e gráfica, 2001.

CHOMA, Jéferson. **Agronegócio muda a face do campo** disponível em: <<http://www.pstu.org.br>> Acesso em 08 de janeiro de 2011.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara, 1987.

EGAS, Karen. **Capitalismo comercial**. Disponível em: <[http://www.grupoescolar.com/matéria capitalismo comercial. html](http://www.grupoescolar.com/matéria_capitalismo_comercial.html)> Acesso em 28 de maio de 2011.

FETRAF SUL. **Transformações dos sistemas produtivos no sudoeste do Paraná**. In: Revista Fetraf Sul, 2007.

FÓRUM intergovernamental e da sociedade/programa fábrica do agricultor. <<http://www.gestiopolis.com/recurso2/documentos/fuldocs/emp/empar.html>> Acesso em 04 de março de 2011.

FREITAS, Eduardo de. **Capitalismo financeiro**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/capitalismo-financeiro.html>.> Acesso em 01 de junho de 2011.

IBGE. Disponível em <<http://www.IBGE.gov.br>> Acesso em 16 de janeiro de 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares da educação básica**, 2008.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SINGER, Paul. **O capitalismo sua evolução sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo S P: Ed. Moderna, 1991.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Disponível em: <<http://www.infobibos.com/artigos/20084/agricfamiliar/index.htm>> Acesso em 28 de janeiro de 2010.

20 ANEXOS

20.1 TEXTO

20.2 A agricultura no sudoeste do Paraná um pouco da história

Até o final dos anos 40 do século XX, a região sudoeste paranaense era habitada pelos índios das tribos kainganges e guarani. Era, portanto, uma grande área de terra, sem demarcação de fronteiras e tomada por conflitos desde o início do século passado dentre os quais podemos citar três:

- A) Disputa territorial entre Brasil e Argentina
- B) Guerra do contestado, entre Paraná e Santa Catarina.
- C) instalação das três colônias militares (Chapecó, Chopin e Iguazu).

Em 1990, segundo o senso demográfico daquele ano, a população do município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o sudoeste paranaense, correspondia a algo de três mil habitantes.

Os poucos habitantes aproveitavam a abundância de recursos naturais para alimentação e manutenção da família. A atividade agrícola era inexistente, havia apenas a criação de gado de forma extensiva nos campos de Palmas.

Para os indígenas, a terra é um espaço integrado à vida da comunidade e não pode ser dividida ou apropriada privadamente, a terra comunitária é essencial para a reprodução da tribo ou da nação indígena.

Atualmente, os indígenas acantonados em suas reservas são obrigados a desenvolver a agricultura comercial moderna, em geral na forma coletiva e sob o controle rígido da FUNAI, para garantir o abastecimento e como imposição para a sua adaptação à civilização dominante. O atual sistema de tutela do índio ou o mantém subjogado ou desestrutura sua identidade aniquilando-o.

A OCUPAÇÃO CABOCLA

Já no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, um importante fluxo migratório formado por caboclos, na sua maioria oriundos de outras regiões, como

os campos de Palmas e do estado do Rio Grande do Sul, iniciaram o povoamento do sudoeste do Paraná.

Atraídos pelas terras devolutas da região e pela abundância de recursos naturais, duas correntes migratórias deram origem a população cabocla regional: a primeira, formada por agregados e posseiros das fazendas de Palmas, que não encontravam mais oportunidade de trabalho na lida do gado; a segunda, famílias caboclas do Rio Grande do Sul que trabalhavam de arrendatários e posseiros nas regiões do planalto médio e alto Uruguai, que foram pressionados a deixar as suas terras com a chegada da imigração européia.

Tanto os caboclos de Palmas quanto os do Rio Grande do Sul que chegaram à região não têm na propriedade a base jurídica da terra (título de propriedade). Eram famílias que cultivavam a terra em sistema de uso-fruto.

Para a cultura cabocla, a terra é espaço e lugar de vida, necessária para a reprodução biológica, social e religiosa da família, incluindo o compadrio. Para o caboclo, o trabalho é necessário; porém, é parte relativa da vida. É o fluxo da vida que comanda o uso do tempo, o qual subordina o trabalho. Por isso, as técnicas de produtividade pouco significam. O caboclo estabelece uma relação com o natural que o torna parte de si mesmo, e sua preservação é essencial para a vida. O excedente é produzido para garantir a reprodução familiar e a qualidade de vida.

Para o caboclo, a floresta não é lugar de refúgio. A mata era o lugar mais propício para a sobrevivência da população cabocla, por dois motivos:

- A) A floresta é uma terra livre onde não existe propriedade privada;
- B) Da floresta pode-se conseguir quase tudo o que se necessita para o sustento familiar.

AS FORMAS DE PRODUÇÃO CABOCLA O sistema de produção adotado pelos caboclos se baseava na valorização dos recursos naturais, na garantia da produção para auto consumo e manutenção da família, em pequenas lavouras e criações de animais para subsistência e tração, um sistema mais coletor do que produtivo.

Como estratégia de recuperação do solo, o caboclo utiliza o sistema de rotação e pousio, ou seja, a própria natureza se encarrega de recompor a fertilidade natural. Quando a produtividade da área plantada começava a cair, era deixada em repouso para voltar à capoeira, e passava-se a cultivar na área anteriormente em

pousio. A volta da cobertura de mato, de 3 a 5 anos, permitia boa produção de biomassa que retornava aos solos para se transformar em matéria orgânica.

A CHEGADA DOS COLONOS GAUCHOS E CATARINENSES

A chegada ao sudoeste paranaense, no final dos anos 1940, dos colonos descendentes de europeus, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, revolucionou completamente o regime de apropriação da terra e o sistema de utilização do solo até então existente na região.

A ocupação com base na pequena propriedade (propriedade familiar) significou, em primeiro lugar, a eliminação do uso coletivo dos recursos naturais, (caça, pesca, erva mate, frutas, águas etc.), sobre cuja base se apoiava a economia cabocla. A floresta rapidamente deixou de existir como um espaço aberto e do qual o agricultor podia riqueza de seu interesse: a mata não é mais de todos.

Para os colonos vindos do sul, a terra, obviamente, tem outros valores. É um bem de negócio e deve ser destinada à produção de mercadorias para a venda, à intensificação da atividade agrícola e pecuária, a geração de renda, a acumulação de capital e, conseqüentemente, ao título de propriedade para poder dá-la em garantia nos financiamentos bancários. Uma proposta completamente contrária a lógica cabocla.

A transição do mundo caboclo para a nova realidade estabelecida pelos colonos de origem europeia não se reduz a implantação do regime de apropriação da terra pela propriedade familiar. É todo um modo de vida novo que se implanta.

AS MUDANÇAS NO JEITO DE PRODUZIR

Com o grande fluxo populacional de colonos que chegaram à região nos anos de 1950, rompeu-se, definitivamente, com as formas de uso coletivo da terra, seja para a agricultura seja para a criação. Abandonou-se a herança da cultura cabocla.

Os títulos individuais das terras e a demarcação dos limites das propriedades assumem papel importante no novo regime fundiário da região. À medida que a região recebia novas levas de imigrantes gaúchos e catarinenses, as terras iam sendo divididas cada vez mais e os recursos naturais iam se tornando cada vez mais escassos.

A exploração agrícola e pecuária adotada pelos colonos descendentes de europeus manteve-se enquanto a estrutura fundiária permitiu, ou seja, ao cair a produtividade em uma determinada área, os agricultores compravam uma nova ou derrubavam mais uma área de mata virgem. Enfim, havia reserva natural para acomodar os filhos que constituíam a nova família.

O elemento essencial de sustentação das famílias era o aproveitamento da boa fertilidade e da capacidade de produção dos solos dessa região. Isso se estendeu, aproximadamente, até os anos de 1970.

O QUE OS COLONOS PRODUZIAM

Os sistemas de produção adotados pelos colonos, além da estreita relação com o mercado para a compra de insumos e venda da produção, exigia boa qualidade dos solos, porque as terras já eram cultivadas intensamente, com as culturas anuais como feijão, milho, trigo, arroz e criação de suínos e gado.

Toda atividade produtiva demasiadamente intensiva e sem os devidos cuidados pode levar ao esgotamento dos recursos naturais. Foi o que aconteceu com a fertilidade natural destas terras, imaginava-se que elas iriam produzir bem eternamente.

A década de 1970 ficou conhecida de “milagre econômico”, o sonho da riqueza e da fartura tomava conta dos agricultores. Era necessário plantar mais e mais, porque as indústrias necessitavam de matéria prima. O Brasil abria caminho para a exportação de soja. Tudo isso gerava um clima de euforia e a sensação de muita riqueza. Não havia organizações sociais no campo e ninguém questionava nada, nem se podia.

Mesmo percebendo que a produtividade das principais culturas estava caindo, os preços recebidos pelos produtos eram compensadores e os agricultores estavam

dispostos a utilizar qualquer tecnologia para manter os altos índices de produtividade e garantir os bons lucros. Estava aberto o caminho para a revolução verde.

Apoiados por políticas públicas de subsídios governamentais, através do crédito rural abundante, os agricultores familiares incorporaram em seu projeto de produção o rol de tecnologias e conhecimentos desenvolvidos para a produção agrícola em países de clima frio, que a primeira vista, demonstrou ser altamente eficiente, sobretudo nos ganhos de produtividade.” Um verdadeiro milagre na agricultura”, capaz de convencer os mais cétricos quanto aos resultados de produtividade que as tecnologias da revolução verde podiam trazer.

Amplamente aceito pela maioria dos agricultores, o modelo da revolução verde ganhou proporções jamais vistas na venda de insumos químico, sementes híbridas, fungicidas, herbicidas, inseticidas, máquinas, etc. O serviço de assistência técnica e extensão rural mostrava de um lado, a agricultura cabocla, a miséria, o atraso, a pobreza, e, de outro, o agricultor moderno, mecanizado, passando veneno na lavoura, bem vestido e de carro.